

Diário Carioca

Câmara dos Deputados discute nova lei orgânica para polícias militares

Deputado **Sargento Gurgel** defende nova lei orgânica para polícias militares



A Câmara dos Deputados retomou nessa semana a discussão para implantar uma lei orgânica das polícias militares e bombeiros militares. Coordenador da bancada federal do Rio no Congresso Nacional, **Sargento Gurgel** (PSL) participou de audiência pública, e destacou que uma nova legislação é fundamental para aprimorar as condições de trabalho e os direitos dos agentes da segurança pública.

A lei orgânica em discussão é proposta pelo Poder Executivo, através do Projeto de Lei 4.363/2001, e tem como objetivo alterar o Decreto-Lei 667/1969, com pontos considerados ultrapassados e juridicamente prejudiciais aos policiais e bombeiros militares.

Gurgel destaca que a prisão administrativa foi abolida, mas outras questões precisam ser debatidas. "O Congresso acabou com as prisões administrativas, um absurdo jurídico no mundo atual, mas precisamos avançar em outros assuntos, como carga horária definida em lei, fim do rancho, além de um código de ética atualizado para garantir ao policial e bombeiro militar ampla defesa", afirma o deputado.

"A polícia precisa ser reestruturada, é de suma importância que o Congresso Nacional se mobilize para discutirmos o projeto com as entidades e elaborarmos um parecer para implantação de uma nova lei orgânica que atenda plenamente aos direitos e deveres das polícias militares do Brasil", diz **Sargento Gurgel**.

Aperfeiçoamento para sargentos

Nesta quinta-feira (06/08), o deputado esteve na sede do governo do Rio, onde participou de solenidade de assinatura de um decreto para estabelecer a normatização e ocupação das vagas dos cursos de aperfeiçoamento dos sargentos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Na ocasião, também foi anunciada a convocação de mais 400 soldados aprovados no concurso para formação de soldados da PM "Vão ser chamados todos os sargentos com mais de vinte anos para cursar o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS) e também os aprovados em todas as etapas do curso e que não tinham vagas. Ainda tem muito a ser feito pelas categorias da segurança pública no Estado do Rio de Janeiro, mas estamos avançando, esse é o nosso compromisso", conclui **Sargento Gurgel**.



Deputado defende nova lei orgânica para polícias militares

A Câmara dos Deputados retomou nessa semana a discussão para implantar uma lei orgânica das polícias militares e bombeiros militares. Coordenador da bancada federal do Rio no Congresso Nacional, Sargento Gurgel (PSL) participou de audiência pública, e destacou que uma nova legislação é fundamental para aprimorar as condições de trabalho e os direitos dos agentes da segurança pública.

A lei orgânica em discussão é proposta pelo Poder Executivo, através do Projeto de Lei 4.363/2001, e tem como objetivo alterar o Decreto-Lei 667/1969, com pontos considerados ultrapassados e juridicamente



Sargento Gurgel: aprimorar condições de trabalho e direito dos agentes

prejudiciais aos policiais e bombeiros militares. Gurgel destaca que a prisão administrativa foi abolida, mas outras questões precisam ser

debatidas. "O Congresso acabou com as prisões administrativas, um absurdo jurídico no mundo atual mas precisamos avançar em outros assuntos, como carga horária definida em lei, fim do rancho, além de um código de ética atualizado para garantir ao policial e bombeiro militar ampla defesa" afirma o deputado.

"A polícia precisa ser reestruturada, é de suma importância que o Congresso Nacional se mobilize para discutirmos o projeto com as entidades e elaborarmos um parecer para implantação de uma nova lei orgânica que atenda plenamente aos direitos e deveres das polícias militares do Brasil" diz Sargento Gurgel.

APERFEIÇOAMENTO PARA SARGENTOS

Na quinta-feira (06/08), o deputado esteve na sede do governo do Rio, onde participou de solenidade de assinatura de um decreto para

estabelecer a normatização e ocupação das vagas dos cursos

de aperfeiçoamento dos sargentos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Na ocasião, também foi anunciada a convocação de mais 400 soldados aprovados no concurso para formação de soldados da PM

(CFAP/2014).

"Vão ser chamados todos os sargentos com mais de vinte anos para cursar o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS) e também os aprovados em todas as etapas do curso e que não tinham vagas. Ain-

da tem muito a ser feito pelas categorias da segurança pública no Estado do Rio de Janeiro, mas estamos avançando, esse é o nosso compromisso", conclui Sargento Gurgel.

(Fonte: Assessoria de imprensa)

Panorama RJ

POR JEFFERSON LEMOS

jefferson.lemos@ofluminense.com.br

Novo regulamento para os PMS

A Câmara dos Deputados retomou nessa semana a discussão para implantar uma lei orgânica das polícias e bombeiros militares. Coordenador da bancada federal do Rio no Congresso, Sargento Gurgel (PSL) participou de audiência pública, e destacou que uma nova legislação é fundamental para aprimorar as condições de trabalho e os direitos dos agentes.

“A polícia precisa ser reestruturada, é de suma importância que o Congresso se mobilize para discutirmos o projeto com as entidades e elaborarmos um parecer para implantação de uma nova lei orgânica que atenda plenamente aos direitos e deveres das polícias militares do Brasil”, disse.



DEPUTADO FEDERAL

Gurgel



Decisões Políticas

Deputado **Sargento Gurgel** defende nova lei orgânica para polícias militares

Deputado **Sargento Gurgel** defende nova lei orgânica para polícias militares

A Câmara dos Deputados retomou a discussão para implantar uma lei orgânica das polícias militares e bombeiros militares. Coordenador da bancada federal do Rio no Congresso Nacional, **Sargento Gurgel** (PSL) participou de audiência pública, e destacou que uma nova legislação é fundamental para aprimorar as condições de trabalho e os direitos dos agentes da segurança pública.

A lei orgânica em discussão é proposta pelo Poder Executivo, através do Projeto de Lei 4.363/2001, e tem como objetivo alterar o Decreto-Lei 667/1969, com pontos considerados ultrapassados e juridicamente prejudiciais aos policiais e bombeiros militares.

Gurgel destaca que a prisão administrativa foi abolida, mas outras questões precisam ser debatidas. "O Congresso acabou com as prisões administrativas, um absurdo jurídico no mundo atual, mas precisamos avançar em outros assuntos, como carga horária definida em lei, fim do rancho, além de um código de ética atualizado para garantir ao policial e bombeiro militar ampla defesa", afirma o deputado.

"A polícia precisa ser reestruturada, é de suma importância que o Congresso Nacional se mobilize para discutirmos o projeto com as entidades e elaborarmos um parecer para implantação de uma nova lei orgânica que atenda plenamente aos direitos e deveres das polícias militares do Brasil", diz **Sargento Gurgel**.

Aperfeiçoamento para sargentos - Na última quinta-feira (06), o deputado esteve na sede do governo do Rio, onde participou de solenidade de assinatura de um decreto para estabelecer a normatização e ocupação das vagas dos cursos de aperfeiçoamento dos sargentos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Na ocasião, também foi anunciada a convocação de mais 400 soldados aprovados no concurso para formação de soldados da PM (CFAP/2014).



o antagonista

Sargento Gurgel defende retorno de Bolsonaro ao PSL

Brasil 14/08/20 11:30

Um dos integrantes da ‘bancada da bala’, o deputado federal Sargento Gurgel (PSL-RJ) defende um potencial retorno do presidente Bolsonaro ao PSL.

“Para qualquer partido, a sinalização de um presidente de ter interesse em fazer parte da sigla, por si só, já demonstra o valor que a organização tem. O PSL, em especial, foi uma construção de todos, inclusive do presidente, portanto, o diálogo deve ser permanente”, disse Gurgel.

    @DEPGURGEL



WWW.GURGELRJ.COM.BR



DEPUTADO FEDERAL

Gurgel

OFLUMINENSE

2 ofluminense.com.br

Cidades

Sábado, 4/8/2023

Panorama RJ

panorama@ofluminense.com.br

POR JEFFERSON LEMOS

jefferson.lemos@ofluminense.com.br

Reconhecimento

A chegada do programa Segurança Presente a Itaguaí é creditada ao deputado federal Sargento Gurgel (PS-L-RJ). Durante a sessão na Câmara Municipal, vereadores elogiaram o comprometimento do parlamentar com a cidade e seu trabalho junto ao Governo do Estado para viabilizar o início das ações de policiamento. O empenho rendeu moção de Congratulações e Elogios a Gurgel, protocolada pelo vereador Carlos Kifer (PP).



O SÃO GONÇALO

ONLINE

Covid-19: PMs e bombeiros podem receber adicional de insalubridade

O projeto foi apresentado pelo deputado federal Sargento Gurgel

Já está tramitando na Câmara dos Deputados um projeto de lei para que policiais militares e bombeiros militares possam receber adicional de insalubridade pela atuação para conter pandemias ou graves crises sanitárias, durante a vigência de estado de calamidade pública.

O projeto de lei 1740/2020 foi apresentado pelo deputado federal **Sargento Gurgel** (PSL-RJ) em decorrência da pandemia do coronavírus, para atender aos profissionais da segurança pública que vem desempenhando suas funções nos estados e Distrito Federal.

Gurgel justifica que policiais e bombeiros militares atuam não só patrulhando e no atendimento, mas em contato direto com a sociedade, socorrendo a quem necessita, orientando, com idas constantes a hospitais e unidades de saúde, seja em ocorrência com marginais ou em auxílio a enfermos.

"As diversas tarefas realizadas por policiais e bombeiros militares os colocam em risco muito maior que a maioria das profissões. Isso, em tempo de pandemia, justifica o benefício da insalubridade, afinal, com máscara ou sem máscara, são profissionais que estão sempre a postos para servir e proteger", afirma o coordenador da bancada federal do Rio, **Sargento Gurgel**.

    @DEPGURGEL



WWW.GURGELRJ.COM.BR

TRIBUNA 2 DE ABRIL DE 2020 ATRIBUNA 31

PAINEL

POLICIAIS INSALUBRES



A Câmara dos Deputados analisa um projeto de lei para que policiais militares e bombeiros militares possam receber adicional de insalubridade pela atuação para conter pandemias ou graves crises sanitárias, durante a vigência de estado de calamidade pública. O projeto foi apresentado pelo deputado federal Sargento Gurgel (PSL-RJ) em decorrência da pandemia do coronavírus, para atender aos profissionais da segurança pública que vem desempenhando suas funções nos estados e Distrito Federal.

Adicional para PMs e bombeiros

Já está tramitando na Câmara dos Deputados um projeto de lei para que PMs e bombeiros militares possam receber adicional de insalubridade pela atuação para conter pandemias ou graves crises sanitárias, durante a vigência do estado de calamidade pública.

O PL 1740/2020 foi apresentado pelo deputado federal Sargento Gurgel (PSL-RJ). Ele argumenta que policiais e bombeiros militares atuam não só patrulhando e no atendimento, mas em contato direto com a sociedade, socorrendo a quem necessita, orientando, com idas constantes a hospitais e unidades de saúde, seja em ocorrência com marginais ou em auxílio a enfermos.

“As diversas tarefas realizadas por policiais e bombeiros militares os colocam em risco muito maior que a maioria das profissões. Isso, em tempo de pandemia, justifica o benefício da insalubridade, afirma.



    @DEPGURGEL



WWW.GURGELRJ.COM.BR



Câmara vai analisar adicional de insalubridade para policiais militares e bombeiros durante a pandemia

Já está tramitando na Câmara dos Deputados um projeto de lei para que policiais militares e bombeiros militares possam receber adicional de insalubridade pela atuação para conter pandemias ou graves crises sanitárias, durante a vigência de estado de calamidade pública.

O projeto de lei 1740/2020 foi apresentado pelo deputado federal **Sargento Gurgel** (PSL-RJ) em decorrência da pandemia do coronavírus, para atender aos profissionais da segurança pública que vem desempenhando suas funções nos estados e Distrito Federal.

Gurgel justifica que policiais e bombeiros militares atuam não só patrulhando e no atendimento, mas em contato direto com a sociedade, socorrendo a quem necessita, orientando, com idas constantes a hospitais e unidades de saúde, seja em ocorrência com marginais ou em auxílio a enfermos.

“As diversas tarefas realizadas por policiais e bombeiros militares os colocam em risco muito maior que a maioria das profissões. Isso, em tempo de pandemia, justifica o benefício da insalubridade, afinal, com máscara ou sem máscara, são profissionais que estão sempre a postos para servir e proteger”, afirma o coordenador da bancada federal do Rio, **Sargento Gurgel**.

Sargento Gurgel diz que "movimento que agride instituições não é democracia"



Em pronunciamento feito nesta quarta-feira (03), o deputado federal **Sargento Gurgel** (PSL), coordenador da bancada do Rio no Congresso Nacional, defendeu a democracia e o poder das instituições, mas pontuou a necessidade de discutir o processo de indicações aos tribunais superiores.

“Temos visto várias manifestações pró-democracia, sou a favor, mas precisamos aperfeiçoar, aprimorar também a forma de ingresso de ministros ao STF, STJ”, afirma o deputado federal.

Ele também reprova movimentos que se dizem democráticos, mas agredem verbalmente, através de faixas, e até mesmo fisicamente, os agentes da lei.

“Movimentos que atacam e agredem policiais não são democracia, são atos de vagabundos, só vagabundo agride policial. O princípio básico da democracia é o respeito às instituições, entre elas as nossas polícias”, diz **Sargento Gurgel**.

DEPUTADO FEDERAL

Gurgel

EXTRA



Projeto isenta descontos previdenciários para PMs e bombeiros reformados por invalidez

Os militares reformados por invalidez da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros podem ser isentos do desconto para a contribuição social, o antigo desconto previdenciário. É o que pretende o Projeto de Lei 3024/2020, apresentado pelo deputado federal **Sargento Gurgel** (PSL-RJ), que determina a isenção para militares que ficaram inválidos em decorrência do exercício da função e também para aqueles que já estavam em situação de inatividade na data de publicação da Lei 13.954/2019 (Sistema de Proteção Social dos Militares).

“Estamos vendo famílias sofrerem com a redução salarial por causa dos descontos da reforma da Previdência, agentes reformados com dificuldades de manter tratamentos médicos. Então é mais do que justo alterar a legislação de forma que a contribuição para pensão militar e inatividade dos militares estaduais incida somente no valor que exceder ao teto do Regime Geral de Previdência”, explica **Sargento Gurgel**.

De acordo o parlamentar, também coordenador da bancada do Rio no Congresso Nacional, a mobilização para acelerar a mudança na legislação já começou. “A bancada está trabalhando para agilizar a aprovação do projeto de lei e assim fazer com que a isenção faça justiça aos reformados, e os descontos ocorram somente para quem ainda vai se aposentar”, conclui.

DEPUTADO FEDERAL
Gurgel

'Ordem pública de mãos atadas'

Na avaliação do deputado federal Sargento Gurgel (PSL-RJ), a proibição de operações policiais em comunidades do Rio durante a pandemia, além de prejudicar o trabalho dos agentes da lei, impulsiona a criminalidade e disseminação do coronavírus.

Ele cita notícias veiculadas pela imprensa mostrando que após a decisão do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF) começaram a ser realizados bailes funks no Chapadão, zona Norte da capital, e Vila Aliança, na zona Oeste,

"O STF proibiu as operações policiais nas comunidades do Rio de Janeiro durante a pandemia, agora vamos colher o resultado que todos já esperavam, baile funk, venda de drogas e o vírus se espalhando, tudo isso acontecendo e a ordem pública de mãos atadas!", critica o deputado, coordenador da bancada federal do Rio no Congresso Nacional.



DEPUTADO FEDERAL

Gurgel

TRIBUNA^{DIGITAL}
TODO MUNDO CONHECE **da imprensa**



TRIBUNA

PAINEL

REPÚDIO

Os bailes funks nas comunidades do Rio de Janeiro durante a pandemia foram repudiados pelo deputado federal Sargento Gurgel (PSL-RJ). Segundo ele, com a proibição de operações policiais nestes locais, após a decisão do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), o trabalho dos agentes da lei foi prejudicado e isso já impulsiona a criminalidade e a disseminação do coronavírus. Reportagens ontem mostraram que já estão sendo realizados bailes funks como os que aconteceram no Chapadão, zona Norte da cidade, e Vila Aliança, na zona Oeste.

    **@DEPGURGEL**



WWW.GURGELRJ.COM.BR



GAZETA DO POVO

Deputado diz a proibição de operações policiais no Rio, impulsiona a criminalidade

O deputado federal **Sargento Gurgel** (PSL-RJ) disse que a proibição de operações policiais em comunidades do Rio de Janeiro durante a pandemia da Covid-19, além de prejudicar o trabalho dos agentes da lei, impulsiona a criminalidade e disseminação do coronavírus.

Reportagens nesta segunda-feira (8) mostram que estão sendo realizados bailes funks no Chapadão, zona Norte da cidade, e Vila Aliança, na zona Oeste, após a decisão do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF). "O STF proibiu as operações policiais nas comunidades do Rio de Janeiro durante a pandemia, agora vamos colher o resultado que todos já esperavam, baile funk, venda de drogas e o vírus se espalhando, tudo isso acontecendo e a ordem pública de mãos atadas!", critica **Sargento Gurgel**, coordenador da bancada federal do Rio no Congresso Nacional.

    @DEPGURGEL



WWW.GURGELRJ.COM.BR

EXTRA

Projeto permite transferência de servidor removido entre instituições de nível superior



O texto foi apresentado pelo deputado federal **Sargento Gurgel**. Foto: Divulgação

Assegurar aos servidores públicos a continuidade dos estudos em instituições de ensino superior é o objetivo do projeto de lei 2.554/2020, garante vaga ao servidor federal - civil ou militar - que foi transferido por determinação da administração, acarretando em mudança de domicílio. O texto foi apresentado pelo deputado federal **Sargento Gurgel** (PSL-RJ) e tramita na Câmara dos Deputados.

O projeto, que aprimora a Lei 9.536/1997, diz que inexistindo oferta do mesmo curso em instituição congênere àquela de origem na rede particular, deverá ser garantida vaga nesse curso em instituição na rede pública.

De acordo com o deputado, atualizar a legislação pode também contribuir para evitar processos e sobrecarga na Justiça, visto que o Supremo Tribunal Federal (STF) já se posicionou favoravelmente de que a transferência de ofício de servidores públicos lhes oferece o direito de matrícula.

"A intenção é aprimorar a segurança jurídica, garantindo-se o direito constitucional à educação nas transferências ex-officio de servidores públicos federais estudantes, ou seus dependentes estudantes", explica o autor.

DEPUTADO FEDERAL
Gurgel »»»

Diário Carioca

Câmara dos Deputados discute nova lei orgânica para polícias militares

Deputado **Sargento Gurgel** defende nova lei orgânica para polícias militares



A Câmara dos Deputados retomou nessa semana a discussão para implantar uma lei orgânica das polícias militares e bombeiros militares. Coordenador da bancada federal do Rio no Congresso Nacional, **Sargento Gurgel** (PSL) participou de audiência pública, e destacou que uma nova legislação é fundamental para aprimorar as condições de trabalho e os direitos dos agentes da segurança pública.

A lei orgânica em discussão é proposta pelo Poder Executivo, através do Projeto de Lei 4.363/2001, e tem como objetivo alterar o Decreto-Lei 667/1969, com pontos considerados ultrapassados e juridicamente prejudiciais aos policiais e bombeiros militares.

Gurgel destaca que a prisão administrativa foi abolida, mas outras questões precisam ser debatidas. "O Congresso acabou com as prisões administrativas, um absurdo jurídico no mundo atual, mas precisamos avançar em outros assuntos, como carga horária definida em lei, fim do rancho, além de um código de ética atualizado para garantir ao policial e bombeiro militar ampla defesa", afirma o deputado.

"A polícia precisa ser reestruturada, é de suma importância que o Congresso Nacional se mobilize para discutirmos o projeto com as entidades e elaborarmos um parecer para implantação de uma nova lei orgânica que atenda plenamente aos direitos e deveres das polícias militares do Brasil", diz **Sargento Gurgel**.

Aperfeiçoamento para sargentos

Nesta quinta-feira (06/08), o deputado esteve na sede do governo do Rio, onde participou de solenidade de assinatura de um decreto para estabelecer a normatização e ocupação das vagas dos cursos de aperfeiçoamento dos sargentos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Na ocasião, também foi anunciada a convocação de mais 400 soldados aprovados no concurso para formação de soldados da PM. "Vão ser chamados todos os sargentos com mais de vinte anos para cursar o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS) e também os aprovados em todas as etapas do curso e que não tinham vagas. Ainda tem muito a ser feito pelas categorias da segurança pública no Estado do Rio de Janeiro, mas estamos avançando, esse é o nosso compromisso", conclui **Sargento Gurgel**.

DEPUTADO FEDERAL

Gurgel »»

Quinta-feira, 21 de maio de 2020 extra.globo.com

BERENICE SEARA
berenice@extra.inf.br



Extra Extra!

Força

- ▶ Uma votação remota consolidou a permanência do deputado federal Sargento Gurgel (PSL) na coordenação da bancada do Rio no Congresso Nacional por mais um ano.
- ▶ O perfil conciliador ganhou, inclusive, a turma do Senado.



DEPUTADO FEDERAL
Gurgel

O DIA



Câmara vai analisar adicional de insalubridade para militares durante a pandemia

Projeto de lei busca garantir o pagamento a PMs e bombeiros

Por O Dia

Publicado às 15h18 de 25/05/2020 - Atualizado às 15h18 de 25/05/2020

Tramita na Câmara dos Deputados uma proposta para que militares estaduais (PMs e bombeiros) possam receber adicional de insalubridade pela atuação para conter pandemias ou graves crises sanitárias, durante a vigência de estado de calamidade pública.

O Projeto de Lei 1740/2020 foi apresentado por **Sargento Gurgel** (PSL-RJ) em decorrência da pandemia do novo coronavírus, para atender as forças de Segurança Pública citadas que vêm desempenhando suas funções nos estados e Distrito Federal.

Gurgel, que é coordenador da bancada do Rio, defende que policiais e bombeiros militares têm multiplicidade de atuações, não só patrulhando e no atendimento, mas em contato direto com a sociedade, socorrendo a quem necessita, orientando, com idas constantes a hospitais.

"As multitarefas realizadas por policiais e bombeiros militares os colocam em risco demasiadamente maior que a maioria das profissões. Isso, em tempo de pandemia, justifica o benefício da insalubridade, afinal, com máscara ou sem máscara, são profissionais que estão sempre a postos para servir e proteger", disse o parlamentar.

DEPUTADO FEDERAL

Gurgel

SERVIDOR

O DIA

Insalubridade para PMs e bombeiros na pandemia

Projeto que tramita na Câmara Federal garante o pagamento aos militares

Tramita na Câmara dos Deputados uma proposta para que os militares estaduais (PMs e bombeiros) possam receber adicional de insalubridade pela atuação para conter pandemias ou graves crises sanitárias, durante a vigência de estado de calamidade pública.

O Projeto de Lei 1.740 de 2020 foi apresentado pelo deputado Sargento Gurgel (PSL-RJ) em decorrência da pandemia do novo coronavírus, para atender as forças de Segurança Pública que vêm desempenhando suas funções nos estados e Distrito Federal.

MÚLTIPLA ATUAÇÃO

O parlamentar, que é coordenador da bancada do Rio na Câmara dos Deputados, defende que policiais e bombeiros militares têm multiplicidade de atuações.

O autor da proposta ressalta ainda que os agentes atuam não só patrulhando e no atendimento, mas em contato direto com a sociedade, socorrendo a quem necessita, orientando, com idas constantes a hospitais.



Antes e durante a pandemia, atuação dos PMs é ampla e vai além da segurança, diz autor do PL

'Categorias realizam diversas tarefas'

► Segundo o parlamentar, o trabalho de policiais e bombeiros militares vai além do patrulhamento. Gurgel argumenta que as categorias têm uma atuação ampla e essencial para a sociedade.

"As multitarefas realizadas por policiais e bombeiros militares os colocam em risco demasiadamente maior que a maioria das profissões. Isso, em tempo de pandemia, causada pelo novo coronavírus, justifica

o benefício do adicional de insalubridade", alegou. "Final, com máscara ou sem máscara, são profissionais que estão sempre a postos para servir e proteger", disse o parlamentar.

DEPUTADO FEDERAL

Gurgel

Pedido de entrega de concessão de trecho da BR-101 gera reação

A concessionária Arteris, que administra a BR-101, quer abrir mão da concessão do trecho de 320 quilômetros da rodovia, que liga Niterói, na Região Metropolitana do Rio, a Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense. Mas o pedido de relicitação, enviado à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) no dia 19 de maio, gerou reações na Câmara de Deputados.

À TRIBUNA, o deputado federal Francisco D'Ángelo disse que ao saber do pedido de entrega de concessão de trecho da BR-101 ao Governo Federal, como usuário frequente da rodovia, ficou indignado.

Na Câmara e no Senado os políticos da região, representados pelo coordenador deputado Sargento Gurgel (PSL-RJ), também enviou comunicado, no início da semana, em que repudiava a concessionária pela ação, e disse que lutará para que a Arteris seja obrigada a manter os investimentos previstos, nem que seja por via judicial caso seja necessário, com o objetivo de resguardar os interesses da população fluminense.

A concessão da rodovia foi iniciada em fevereiro de 2008 e deveria durar até 2033. Ela liga as cidades de Campos dos Goytacazes, Conceição de Macabu, Quissamã, Carapibus, Macaé, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Silva Jardim, Rio Bonito, Tanguá, Itaboraí, São Gonçalo e Niterói.

"Existem trechos da rodovia licenciados que já deveriam ter sido concluídos, de acordo com o cronograma inicial do contrato, mas que até o presente momento sequer tiveram as obras iniciadas, em que pese, não se pode deixar de repetir, o alto preço cobrado como contrapartida", diz em comunicado o coordenador da bancada, Sargento Gurgel.

Na avaliação da bancada federal de deputados e senadores do Rio, uma nova licitação acarretaria em prejuízos irreparáveis à população fluminense, devido ao tempo para a implementação das medidas necessárias para concluir o novo processo, que pode levar mais de cinco anos.

"A obra de duplicação da BR-101, no trecho entre Macaé e Conceição de Macabu, foi anunciada para março e não foi iniciada. A concessionária começou a triplicar o trecho na Niterói-Mamília e desde o início do ano paralisaram todas as obras. Vamos cobrar da ANTT e vamos recorrer ao Tribunal de Contas da União para acompanhar o processo de concessão", afirmou o deputado Felício Laterça (PSL).

Chico D'Ángelo concorda.

"Essa obra já deveria ter sido concluída pelo governo Bolsonaro. É um absurdo. Milhares de famílias perderam seus entes queridos nesse trecho da estrada conhecido como 'estrada da morte', lamentou.

Divulgação



CONCESSIONÁRIA que administra a rodovia quer abrir mão da concessão

TRIBUNA^{DIGITAL}
 TODO MUNDO CONHECE **da imprensa**



DEPUTADO FEDERAL

Gurgel

Comissão aprova proposta que transforma o entorno dos presídios em área de segurança

Área servirá para assegurar a fiscalização, o controle e evitar fugas ou contato indevido dos presos com o ambiente externo



A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que torna o espaço aéreo e terrestre dos complexos penitenciários e unidades prisionais áreas de segurança, definidas como as que exigem maior controle do Estado e ações para a segurança das pessoas e preservação da ordem pública.

O Projeto de Lei 1292/21, apresentado pelos deputados [Gurgel \(PSL-RJ\)](#) e [Capitão Alberto Neto \(Republicanos-AM\)](#), foi aprovado na forma do substitutivo do relator, deputado [Lincoln Portela \(PL-MG\)](#). “A atividade de segurança penitenciária deve operar intramuros e extramuros”, disseram os autores na justificativa do projeto.

No substitutivo, o relator ampliou o escopo do texto, que prevê, no entorno de até 250 metros, restrição do sobrevoo de aeronaves; adequação ou até interrupção do uso de celulares; e procedimentos, dentro dos limites legais, para controle da ocupação do solo e das atividades de residentes, frequentadores e empresas.

FORÇA-TAREFA PELA SEGURANÇA PÚBLICA



A segurança pública como fator principal para o desenvolvimento social foi defendida pelo Deputado Federal Sargento Gurgel, durante o seu discurso na Câmara dos Deputados, nesta quinta (18). Volto a esta tribuna para conclamar uma grande força-tarefa para resolver o problema da segurança pública no Brasil.

Não adianta nós ficarmos enxugando gelo. A economia, a educação, a segurança pública, a saúde, está tudo interligado. E quanto mais solucionarmos o problema da segurança pública melhor. Uma questão que já tomou as grandes cidades e vitima policiais todos os dias. A morte de cada policial é responsabilidade desta casa, do parlamento, do poder público em geral. E nós precisamos tomar uma atitude quanto a isso, para que se possa, então, prestar a segurança pública. Com isso, nós vamos criar ambiente seguro, para que possamos fomentar o turismo e demais setores da economia, e, assim tornar nosso país mais produtivo e mais saudável, com uma qualidade de vida melhor', discursou.

Deputado Gurgel defende reforço na política de atendimento hospitalar a agentes da segurança pública

Ofício solicitando providências nesse sentido foi encaminhado pelo parlamentar à Comissão de Segurança Pública e Combate Ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados

O deputado Gurgel (PSL-RJ) enviou requerimento à Comissão de Segurança Pública e Combate Ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados solicitando atencioso acompanhamento ao "Projeto de Atendimento Pré-Hospitalar Tático" (APHTático) elaborado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). A iniciativa está sob responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Pública, em parceria com a Secretaria de Ensino e Gestão em Segurança Pública e a Secretaria de Operações Integradas.

O projeto é voltado para a criação de uma diretriz nacional destinada a reduzir a mortalidade de profissionais de segurança pública e foi tema de uma audiência pública na segun-

da-feira (8), quando foram discutidas e apresentadas sugestões e questionamentos sobre o que pode ser feito para que a ideia efetivamente seja implementada. Em seu requerimento o deputado acentua que o próprio MJSP ressalta que o objetivo do projeto APHTático é fomentar a uniformização de procedimentos, equipamentos e insumos pré-hospitalares empregados na salvaguarda da vida dos profissionais de segurança vitimados quando no exercício da função ou em razão dela.

O parlamentar acrescenta que o MJSP também informa que a diretriz terá caráter de orientação ao profissional que atua na linha de frente no combate à criminalidade, além de capacitações, aqui-

sições de equipamentos, padronização de produtos visando à redução da mortalidade policial.

"Antes de ser deputado federal, sou policial e, nas funções parlamentares estou presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Vida dos Profissionais de Segurança Pública, e venho destacando em meu mandato a importância de se abordar a temática referenciada e de que a Comissão de Segurança Pública e Combate Ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados e seus membros acompanhem com acurácia tal questão", justificou o deputado.



"Antes de ser deputado federal, sou policial e, nas funções parlamentares estou presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Vida dos Profissionais de Segurança Pública, e venho destacando em meu mandato a importância de se abordar a temática referenciada e de que a Comissão de Segurança Pública e Combate Ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados e seus membros acompanhem com acurácia tal questão"

Deputado Sargento Gurgel
PSL RJ